



## **A Tela e o Quebra-cabeças: Notas sobre a construção de uma identidade moderna na televisão brasileira<sup>1</sup>**

Carol do Espírito Santo Ferreira<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais

### **Resumo**

No presente trabalho, desenvolvemos uma breve reflexão sobre a participação da ficção televisiva nos processos de formação de uma identidade moderna para o Brasil. Destacando a importância da nossa televisão nesse movimento, questionamos o tipo de imagem que as minisséries nacionais têm suscitado com vistas a construir uma percepção da história e da gente brasileiras – frequentemente, representações que remetem a uma tradição inventada, arcaica e ancestral, e não a um país moderno e urbano. Guiados por uma série de perguntas e inquietações, procuramos aqui fazer uma primeira abordagem a isso que se coloca como um ambíguo movimento de construção identitária, marcado por estranhezas e contradições.

### **Palavras-chave**

Televisão; Processos Identitários; Brasilidade; Modernidade.

### **Introdução: Identidades, Modernidade, Televisão**

A televisão aporta no Brasil sob a égide de um discurso que conclama a população a participar do processo de modernização do país. Um anúncio de aparelhos televisores da década de 1950 convocava o consumidor a assumir seu papel no movimento de instalação “dessa maravilha da ciência eletrônica”, indagando “qual será a sua contribuição para sustentar tão grandioso empreendimento?”. A resposta, dada em seguida, pelo próprio reclame: “bater palmas e aclamar admirativamente é louvável, mas não basta – seu apoio só será efetivo quando você adquirir um televisor” (citado em SIMÕES, 1986:22-3). O consumidor era convencido da urgência da aquisição de um televisor não por uma descrição da qualidade do produto ou em função de sua possível utilidade, mas “por um discurso pedagógico que se fundamenta na necessidade da construção da modernização da sociedade brasileira” (ORTIZ, 1991:60).

Esse breve relato nos serve para pensar na artificialidade dos processos de modernização que se dão nos países que estiveram deslocados temporal e culturalmente do período histórico de transição de um pensamento pré-moderno para a modernidade

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação Audiovisual do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

<sup>2</sup> Doutoranda e mestre em Comunicação Social pela UFMG, graduada em Comunicação Social pela mesma instituição, desenvolve pesquisa na área de Práticas e Processos da Comunicação, investigando a participação das imagens televisivas na formação de representações identitárias nacionais. E-mail: caroldef@yahoo.com.br.



em si. Também artificial é a busca, no seio dessa lógica moderna, por uma identidade que seja capaz de, a um só tempo, estabelecer definitivamente as origens de um povo e localizá-lo no cenário moderno, tanto aos próprios olhos quanto aos olhos do restante do mundo. Com efeito, diz Bauman (2005:25): “A idéia de ‘identidade’, e particularmente de ‘identidade nacional’, não foi ‘naturalmente’ gestada e incubada na experiência humana (...). Essa idéia foi forçada a entrar na *lebenswelt* de homens e mulheres modernos – e chegou como uma ficção”.

Diante dessa idéia, o pressuposto da pesquisa que temos desenvolvido, e cujas principais inquietações apresentamos aqui, assenta-se no fato de nos parecer que há, na raiz do processo simbólico de produção de uma identidade nacional moderna brasileira, no qual a televisão desempenha um papel fundamental, uma dinâmica essencialmente ambivalente – para não dizer realmente contraditória.

Tal ambivalência refere-se a dois fatos. Primeiramente, temos que, na busca por uma *identidade nacional*, idéia que só faz sentido no âmbito de um ideário moderno, a produção simbólica brasileira tem freqüentemente se voltado para o arcaico, o ancestral, no afã de recuperar o que seria “essencialmente brasileiro”. Dá-se, assim, uma empreitada pela definição de aspectos modernos – a identidade e a nacionalidade – a partir do telúrico, do original. Some-se a isso o fato de que a busca por uma suposta unicidade – a identidade -, no Brasil, acaba sempre conduzindo a um quadro múltiplo, fragmentado, composto por uma miríade de identidades locais. Eis, então, que, para formar uma idéia de *brasilidade*, supostamente coesa, precisamos costurar umas às outras imagens as mais diversas.

Encontramo-nos, então, diante de um duplo impasse. Por um lado, a fim de construir uma identidade moderna, capaz de promover o encaixe do Brasil na lógica das nações ocidentais, a produção simbólica brasileira tem se voltado para o passado. Esse gesto busca recuperar - muitas vezes à custa da invenção - aquilo que seria tipicamente nacional, mas num momento em que o país ainda não era uma nação territorialmente integrada, o que aponta para a contraditória residência do arcaico dentro de um projeto modernizador, e para uma idéia de nacionalidade concebida fora da própria existência de uma nação. Por outro lado, a unicidade criada para a identidade brasileira está, ironicamente, calcada no elogio da diversidade. De uma maneira geral, o que cada indivíduo brasileiro tem em comum com os demais é justamente ser híbrido, mestiço. Vem à tona, com isso, a contraditória residência do múltiplo dentro do unificado.



O que faz dessas colocações uma questão a ser tratada pelo olhar da comunicação é, antes de mais nada, o fato de as identidades serem construídas, basicamente, no terreno da produção discursiva, da construção simbólica, através de imagens ou representações que vão ganhar adesão dos sujeitos, produzindo, no âmbito das interações, a vivência, de fato, do reconhecimento identitário. As representações construídas no discurso, materializadas em lugares-de-sujeito, são fruto da incessante dinâmica de produção e reprodução de símbolos em nossa sociedade; são móveis, por isso, e se constroem *dentro* das relações. A produção de imagens de identidade e de nacionalidade são resultado, portanto, de um processo essencialmente comunicativo, que se dá tanto no nível simbólico quanto no social. Não bastasse isso, sabemos que, em nosso país, a produção do imaginário de uma identidade nacional, bem como a oferta de ícones para a identificação de uma nação moderna, estão a cargo, sobretudo, da televisão, que cá ocupa um lugar político e cultural fundamental.

Parece-nos, então, que, dentro do espaço das contradições que o próprio discurso de construção da identidade moderna brasileira carrega, há um ponto nevrálgico a ser apontado – e que constitui, por fim, uma questão-chave para nós. A televisão brasileira sempre buscou recuperar as bases de sua identidade num passado arcaico, projetando um número grande de figuras, muito diferentes entre si, sempre catalisadoras da diversidade do nosso povo. Esse foi um modo de operação corrente nos primeiros 20 anos da televisão brasileira, mas, de meados dos anos 1970 em diante, essa prática acabou cedendo lugar para que os programas televisivos se dedicassem a construir e reforçar as representações de um país moderno, integrado à lógica da crescente globalização que envolve o planeta.

Na virada para o século XXI, contudo, e nos primeiros anos do novo milênio, podemos perceber um retorno dos programas ficcionais da TV brasileira à proposição de imagens de brasilidade calcadas no passado – não raro *um* passado, mais para mítico do que para histórico – e à presença ostensiva de um elogio à diversidade étnica e cultural que atravessa nosso país. Ou seja: esse movimento de recuperação/exposição do nosso passado, que se manteve aceso nas novelas chamadas “históricas” ou “de época”, intensifica-se na produção de minisséries como *A Muralha* (Rede Globo:2000), *Aquarela do Brasil* (Rede Globo: 2000), *O Quinto dos Infernos* (Rede Globo: 2002), *A Casa das Sete Mulheres* (Rede Globo: 2003), *Um só coração* (Rede Globo: 2004), *Mad Maria* (Rede Globo: 2005), *JK* (Rede Globo: 2006) e *Amazônia* (Rede Globo: 2007). A insistência em retratar episódios históricos que falam



da construção do Brasil como nação, nesses primeiros anos do novo milênio, chega a impressionar. No entanto, esse gesto se faz particularmente presente num certo tipo de texto ficcional, que alude a um Brasil imaginário e não raro onírico, como o que se observa em muitos dos episódios da série *Brava Gente* (exibida pela Rede Globo entre dezembro de 2000 e março de 2003, composta por episódios independentes cujo roteiro sempre vinha de textos da literatura nacional) e nas minisséries *O Auto da Compadecida* (Rede Globo: 1999), *Caramuru: a Invenção do Brasil* (Rede Globo: 2000), *Hoje é Dia de Maria* (exibida pela Rede Globo em duas temporadas, em janeiro e outubro de 2005, com 13 capítulos ao todo) e *A Pedra do Reino* (Rede Globo: 2007).

Tal retorno faz coro ao que afirma Zygmunt Bauman (2005), segundo quem “O debate sobre a identidade parece voltar à pauta à medida que se fazem mais e mais visíveis as transformações trazidas ao cenário sócio-histórico-cultural pelos processos de globalização – criando uma realidade a que Bauman vai chamar de “modernidade líquida”<sup>3</sup>. No cenário fragmentado que a contemporaneidade supõe, os indivíduos enfrentam problemas em dar consistência e continuidade a uma identidade monolítica, bem como se torna complicado ver coerência entre os muitos aspectos que nos definem como pessoas, já que nos dividimos entre comunidades de princípios que não fixam, nem pretendem fixar, identidades. Nessas “encruzilhadas culturais”, como propôs Jacques Derrida, o indivíduo se encontra deslocado em toda parte, já que não ocupa, exatamente, parte alguma.

Ora, diante disso, perguntamos: ao buscar num passado referências para construção de uma identidade moderna, as representações do brasileiro encontradas no discurso de ficção televisivo, múltiplas e fragmentadas, não estariam remetendo, diretamente, a uma idéia não de modernidade, mas de algo que a nega ou supera – como uma “pós-modernidade”<sup>4</sup>? Dada a problemática de formação do povo brasileiro e a modernização tardia e incompleta do país, não seria mais correto, talvez, afirmar, que o Brasil nunca se encaixou num perfil de modernidade? Não seria, então, o caso de nos afirmarmos não-modernos, de saída?

---

<sup>3</sup> A “modernidade líquida”, complexificação da idéia de “modernidade tardia”, seria o mundo repartido em fragmentos mal-coordenados, dividindo espaço com existências individuais retalhadas em episódios precariamente conectados uns aos outros.

<sup>4</sup> Esse termo, para nós, nesse momento, figura melhor entre aspas, uma vez que temos conhecimento do árduo debate que seu uso suscita. Não tomamos, nesse projeto, nenhum posicionamento específico sobre o que seria a pós-modernidade – para além de um momento histórico literalmente posterior à modernidade, que, ao mesmo tempo em que a supera, dela se alimenta, necessariamente.



É preciso, pois, refletir sobre as origens da dinâmica de construção de uma identidade nacional na produção de representações que fazem conviver a recuperação/invenção de um passado ancestral com a caracterização de uma nação adequado aos moldes modernos. Interessam, de maneira particular, as questões relativas à modernidade e seus desdobramentos, para que se possa pensar a construção de uma identidade moderna para o Brasil, através da participação dos programas televisivos ficcionais nesse processo. A recuperação e a invenção de fatos passados pelas minisséries revela a construção da modernidade pela oposição a uma condição pré-moderna, ou deixa entrever uma condição essencialmente não-moderna para o país?

Buscamos, então, observar como, através de um discurso identitário, a “moderna tradição” construída pelos programas de ficção da televisão brasileira se trai, deixando ver uma imagem de brasilidade que, quiçá, sequer passe pela modernidade. Ao buscar e forjar uma tradição pela via da ficção televisiva, o discurso identitário brasileiro não estaria deixando ver, na dinâmica das interações, mais que o que o explicitado nas marcas do texto?

### **Pensar a(s) identidade(s) brasileira(s) hoje**

Ao contrário do que se poderia imaginar, o debate sobre as identidades e sobre as questões ligadas à nacionalidade não arrefeceu após a relativa estabilização do efervescente cenário político das décadas de 1960 e 1970, que havia trazido à tona discussões sobre nacionalidade, etnia, raça e gênero. Pelo contrário, diante das mudanças históricas, culturais e sociais trazidas pela dissolução da União Soviética e pelos fenômenos típicos da chamada “modernidade tardia”, não raro a indagação sobre a formação e manutenção do liame identitário ressurgiu - carregada, naturalmente, das cores do tratamento diferenciado que se dá atualmente à questão. Dessa maneira, assistimos aos questionamentos relativos à identidade recuperarem o fôlego e voltarem a ocupar um lugar de destaque no pensamento contemporâneo, ainda que a identidade seja, como ressalta Stuart Hall (2000:104), um conceito que opera “sob rasura”, habitando hoje o “intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas”. De fato, se a questão das identidades for simplesmente abandonada, configura-se uma lacuna que deixará em aberto uma série de perguntas. Falar em identidades é, portanto, hoje, operar com um pensamento “no limite”, mas necessário.



Nesse rastro, Zygmunt Bauman questiona a tentativa de se conceitualizar definitivamente a relevância da identidade. Se as próprias identidades sociais e culturais são incertas e transitórias, tentar “solidificar o que se tornou líquido” não levaria muito longe. Em função disso, antes de falar em identidade fixas, determinadas, o autor sugere que pensemos em termos de “estratégias de adaptação à modernidade líquida que vemos em ação nas sociedades capitalistas tardias” (BAUMAN, 2005:12). Com efeito, um dos motivos pelos quais esse conceito tem sido posto em xeque é o fato de que falar em identidade, nos dias de hoje, não corresponde a remeter a um quadro de unicidade ou homogeneidade – o que tem bastante a ver com a situação da “identidade brasileira”.

A fim de superar esse impasse, segundo Hall (2000:108), as identidades constantemente têm invocado uma origem que residiria em um passado histórico remoto, com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Esse retorno a um mundo familiar configuraria, sobretudo, uma estratégia, como maneira de manter distante o invasor “estrangeiro”, inevitavelmente presente no cenário capitalista e globalizado dos países de desenvolvimento tardio. Isso tem a ver, contudo, não com uma relação concretamente existente, do ponto de vista histórico. O resgate de um passado pelos movimentos de produção identitária se relacionam, principalmente, com a utilização deliberada da linguagem e da história como pontos de apoio para a construção de um discurso que revela não o que nós somos, mas aquilo em que nós nos tornamos. Num cenário contemporâneo, então, as questões de identidade estão pautadas pela dinâmica do vir a ser: quem nós podemos nos tornar?

Essa maneira de regressar a um passado uno demonstra, por si, a diferença entre a construção identitária da qual estamos falando - digamos, pós-moderna ou “líquida” -, e a construção da identidade feita nos padrões modernos, dentro da nacionalização dos países ocidentais. Neste último caso, temos, pela criação de moldes identitários, a construção de uma comunidade de destino (segundo terminologia proposta por Kracauer, *apud* BAUMAN, 2005), que se encontra fundida em torno de princípios comuns, racionalmente escolhidos. Já no caso das sociedades de modernização tardia, a construção identitária vem fazer uma ponte para a tentativa de produção do que seria uma comunidade de vida, experienciada num passado arcaico, cujos membros viveriam juntos, numa ligação absoluta.

Tal revela um *sonho de pertencimento*, ferida aberta dos países em desenvolvimento, que, normalmente, tanto não pertencem a um ocidente moderno, quanto não pertencem a si mesmos – vê-se, assim, que a identidade é uma questão,



sobretudo, para aquele que se encontra, de alguma maneira, “deslocado”. Afinal, a identidade só se torna problemática quando o pertencimento não é óbvio; ter uma identidade supõe, enfim, a alternativa – nem sempre bem-vinda - de não tê-la.

Por isso, parece-nos bem curioso o caso do Brasil. A identidade brasileira está posta, a princípio, em termos de pertencimento territorial - nacional ou regional -, mas opera por uma lógica de classes, se não explicitamente sociais, certamente socialmente categorizantes: o malandro, o caipira, o cosmopolita. É igualmente intrigante que todas essas categorias venham se abrigar sob o mesmo guarda-chuva - a *brasilidade* -, encaixando-se em um mosaico que produz uma imagem propositalmente fragmentada, que é a do indivíduo brasileiro. A isso poderíamos chamar de uma contradição da identidade nacional: nosso processo de modernização parece resistir à própria modernização, arranjando a questão identitária ao modo do afamado "jeitinho brasileiro", colocando-se a roupagem moderna sobre as vestes não-modernas, que, no entanto, insistem em se revelar aqui e ali, a cada movimento menos cuidadoso.

Outra contradição desse processo é que, no ocidente de uma maneira geral, a passagem da lógica de uma "identidade por nascimento" para uma "identidade de classe" se deu pela perda da expressividade do Estado e pelo aumento da autonomia dos próprios indivíduos - algo bem coerente com o neo-liberalismo. No Brasil, não obstante, é o próprio Estado que toma para si esse papel, embora procure obliterar sua presença, enquanto instituições privadas e supostamente neutras - como a TV - assumem as rédeas desse processo. Assim, o produtor das nossas identidades, entendidas de maneira ampla, não é o Estado, mas também não são exatamente os indivíduos: é algo que está no interstício, entre-lugares, no lugar construído pela mediação.

Nesse tipo de processo, em que a invenção planejada de imagens identitárias ocupa o lugar da procura por uma identidade original, os dispositivos de produção simbólica ocupam um lugar fulcral. Em função disso, entendemo-los como um processo essencialmente comunicativo – pensando-se as relações comunicativas como o processo de interações móveis entre interlocutores, postos em contato por diferentes maneiras de mediação e necessariamente co-referenciados pela presença, ainda que virtual, do outro. Tais interações estão sempre inseridas em contextos – lugar e tempo - específicos, fundadas em expectativas recíprocas e num repertório de imagens de auto-reconhecimento minimamente comuns. A estrutura social é a ordenadora dos modos de interação, mas ela apenas se torna material e viva nas intervenções encarnadas pelos próprios sujeitos.



É em função dessa permanente negociação que se estabelece na interação entre os textos e o universo receptor que, no que se refere à construção de imagens identitárias, adotamos o termo expresso por Hall, posições-de-sujeito. Entendemos que os textos são o lugar da mediação, da proposição de encaixe; ao mesmo tempo em que encaminham determinadas posturas, deixam livres espaços para a ação dos sujeitos. De toda forma, ainda segundo Bauman (2005:21), a tendência contemporânea é que se construa identidades individuais, e não mais coletivas, o que aponta para a presença de sujeitos ativos, que interpretam e fazem escolhas, num permanente “tornar-se”.

A construção identitária passa, então, necessariamente, pela invenção de uma tradição, tanto quanto ou mais do que pela própria tradição, que passa a ser vista como o mesmo que se transforma. É por isso que é tão importante o trabalho da televisão, que oferece releituras da história, ajudando a estabelecer um passado adequado e útil ao presente. Assim, não sabemos se seria propício dizer que a tradição é um retorno às raízes. Talvez fosse mais adequado afirmar que ela é uma renegociação das rotas adotadas por um determinado grupo. Nessa medida, a recuperação da tradição é um processo de natureza necessariamente ficcional, e por isso a televisão dela participa de maneira tão profícua. As identidades são construídas *dentro do discurso*, em locais históricos e institucionais específicos (além de estarem localizadas no interior de um jogo de poder)<sup>5</sup>.

Fica clara, então, a relação entre o processo de construção das identidades e aquilo a que se chama, de maneira ampla, de representações – registro do discurso dentro do qual a televisão opera. É no espaço do discurso, e da interação entre os sujeitos que ele supõe, que a questão da identidade se estabelece. Com efeito, diz Hall (2000:105): “parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade (...) volta a aparecer”. Tem sido, portanto, no espaço das interações – e sabemos da relevância que têm, nesse caso, as interações mediadas -, que a questão da identidade tem se feito presente nos últimos tempos<sup>6</sup>.

A construção das identidades a partir das representações depende, no entanto, do processo, fartamente explicado pela psicanálise, mas também ativado na relação com a mídia, de identificação. A identificação, segundo Hall (2000:106), seria

---

<sup>5</sup> A esse respeito, diz Bauman (2005:21) que “a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto, como alvo de um esforço; ‘um objetivo’”.

<sup>6</sup> É o que diz, também, Kathryn Woodward (2000:08), ao ponderar que as identidades “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são rerepresentadas. A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior”.



uma permanente construção, um processo nunca completado, desencadeado na dinâmica da relação entre as múltiplas posições identitárias com as quais os sujeitos se deparam e o lugar que eles próprios, num momento e espaço específicos, desejam ocupar. Elas pertencem ao imaginário, caracterizando um esforço de alinhamento, na medida em que são a sedimentação do ‘nós’ na constituição do ‘eu’. Elas constituem a estruturação presente da alteridade, contida na formulação mesma do eu. Sendo assim, podemos dizer que a identificação é condicional e construída nas interações e, uma vez assegurada, não anulará a diferença. “A tal fusão total entre o ‘mesmo’ e o ‘outro’ que ela sugere é, na verdade, uma fantasia de incorporação. Freud sempre falou dela em termos de ‘consumir o outro’”, diz Hall (2000:106)<sup>7</sup>.

Isso tudo encaminha para um conceito de identidade que é relacional, posicional, nunca essencialista – fruto de um processo tanto simbólico quanto social; enfim, um processo comunicativo. Nesse contexto, as pessoas investem em posições-de-sujeito, assumindo lugares identitários, através de mecanismos de identificação.

No complexo quadro que comporta tais reflexões sobre representação e identidade – em suma, sobre as culturas nacionais e dos grupos -, uma breve revisão da produção sociológica brasileira seria capaz de revelar a importância que a questão identitária tem tido no Brasil, há muito tempo, o que não chega, aliás, a configurar exatamente uma surpresa. O Brasil sempre guardou uma singular dificuldade com a definição de uma identidade, o que pode ser atribuído a pelo menos três aspectos.

Em primeiro lugar, os debates sobre a construção das identidades nacionais surgem na Europa quase ao mesmo tempo em que surgiam os próprios Estados Nacionais, ainda nos séculos XVI e XVII, ganhando relevância no século XVIII. A identidade é, então, um aspecto a ser construído *pari passu* com a própria modernidade, na medida em que também a idéia de nação é moderna. Assim, nos países europeus, uma identidade nacional é fruto, sobretudo, do processo de construção das nações. Como o Brasil, enquanto território unificado, já “nasce” na era moderna, mas permanece por mais de 300 anos sob a condição de colônia, o que relega a questão da nacionalidade a um segundo plano, falar de uma identidade brasileira, de saída, torna-se tarefa complicada.

---

<sup>7</sup> A idéia de “consumir o outro”, em particular, parece-nos extremamente preciosa. Quando o modernismo brasileiro propõe, no afã de determinar uma identidade nacional, a idéia de antropofagia, não é mesmo dessa devoração do outro que falam? A nós parece que estamos falando de uma mesma incorporação, tanto das referências que vêm de um ambiente estrangeiro, inevitáveis na modernidade, quanto uma incorporação de nosso próprio passado – digerido ao sabor do presente.



Em segundo lugar, quando o Brasil finalmente é transformado em nação, mais à custa de uma imposição do que de um processo construtivo, o Ocidente – território imaginário e muito fragilmente unificado dentro do qual a América Latina se encaixa de maneira precária – já não vivencia mais a questão da produção da nacionalidade, imerso que está já numa outra fase da modernização. O movimento de determinação de uma identidade moderna brasileira ocorre, portanto, deslocado dentro do tempo da própria Modernidade.

Acrescente-se, ainda, como terceiro argumento, o fato de não haver, a princípio, uma homogeneidade nos traços étnicos necessários para abrigar toda a população que ocupa o território brasileiro sob a mesma identidade. Dessa maneira, a identidade moderna brasileira já emerge sob o signo de uma dupla negação: ela não é nem exatamente uma identidade, e certamente também não aponta de maneira convincente para o que se costuma entender por modernidade. Eis, portanto, que o Brasil “vira”, politicamente, uma nação, mas essa nacionalidade nem aponta com clareza para um cenário moderno, como era de se esperar, nem se organiza em torno de uma identidade comum.

Até o século XIX, contudo, esse descompasso brasileiro em relação à própria condição identitária parece não vir à baila, subsumido em questões de relevância igual, mas de maior urgência. No mais, como se tratava, a princípio, de uma colônia, ainda que de aparência bastante peculiar, não era de se esperar que as questões identitárias, tão visíveis nas múltiplas revoltas e conflitos localizados que surgiram em solo brasileiro, fossem levadas a sério. É a partir da metade do século XIX que o problema do “ser genuinamente brasileiro” aparece com força. De mãos dadas a ele, vem a discussão sobre nacionalidade e modernidade. Esses três pontos nevrálgicos emergem ao mesmo tempo para o Brasil, e de forma tardia, produzindo um nó: uma complexa e profunda crise de identidade.

Como tais questões são imateriais, e se constroem sempre no terreno imaginário das representações, enquanto uma incipiente sociologia tenta dar contornos teóricos ao impasse da identidade e da cultura nacional, o campo das artes procura dar conta do dilema a seu jeito: produzindo imagens. Essa dinâmica inicia-se com a produção literária, culminando, nesse terreno, com a produção do movimento modernista brasileiro, que vai propor, de uma maneira bastante peculiar, a construção de uma modernidade nacional: através da recuperação consciente das origens híbridas e mestiças do povo brasileiro, e da “deglutição e digestão” dos símbolos da cultura que



vem “de fora” - a antropofagia. Antropofagicamente, a incorporação de uma cultura estrangeira só é aceitável se, para tanto, ela for destruída antes: mastigada, despedaçada, reduzida a mínimas frações, e depois incorporada à carne do próprio devorador. Quanto à retomada das origens nacionais, basta dizer que o principal personagem de um passado mítico brasileiro é Macunaíma, índio negro, “herói sem nenhum caráter”.

Sabe-se, no entanto, que a literatura, bem como o campo das artes de uma maneira geral, tinha, e ainda tem, um alcance bastante restrito no Brasil. Por isso, o máximo que se obtém deles, em termos da construção de uma nacionalidade amplamente aceita, é uma proposta identitária de circulação restrita. Dessa maneira, quando o Estado decide, oficialmente, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, modernizar materialmente o país, o Brasil ostenta um quadro identitário profundamente fragmentado, onde arcaico e moderno convivem, e pouco dialogam, em meio a uma pluralidade vertiginosa.

Tanta multiplicidade vai se constituir um problema concreto para a ditadura militar que se instala no país a partir de 1964, já que diferença e falta de identificação clara são extremamente perigosas para o poder autoritário e centralizador. Em função disso, um projeto de construção de uma identidade brasileira – um *projeto de integração nacional* -, vai ser uma das principais preocupações do governo ditatorial. Para fazer que tal projeto, associado a um processo de modernização, chegue a todos os estratos da população brasileira é feito um pesado investimento numa ideologização do processo pedagógico e da educação pública, reforçando os sentimentos de nacionalismo já incorporados no discurso oficial pelo governo de Getúlio Vargas.

Muito mais que a educação, entretanto, vai contribuir nesse processo o meio de comunicação que está então em fase de experimentação e de consolidação no país: a televisão<sup>8</sup>, que desempenha um papel decisivo na integração da população e do território brasileiros, na medida em que costura a identidade nacional a partir de um imaginário sustentado paradoxalmente pela diversidade, pela riqueza de tipos, de sotaques, de costumes.

Mas como, para a consecução do projeto empreendido, não bastava integrar o território, fazendo com que o brasileiro identificasse, em faces muito diferentes da

---

<sup>8</sup> Não por acaso, os primeiros investimentos pesados que a ditadura militar faz na modernização do país não são na indústria, mas na tecnologia de telecomunicações: a consolidação da Embratel, criada em 1962, que começa a operar plenamente em 1967 graças aos investimentos do governo militar; a implantação da estrutura das redes que permitem transmitir, ao mesmo tempo, a mesma programação televisiva para qualquer canto do país; a criação do sistema de microondas que interligam todo o território e possibilita que a televisão opere suas transmissões em rede nacional; a associação do Brasil ao sistema internacional de satélites.



sua, seu próprio rosto, a televisão brasileira alimenta ainda uma idéia de modernidade, de velocidade, a fim de sustentar o ideário de um país em desenvolvimento acelerado. Os recursos usados para tal são vários, desde uma “gramática moderna” usada na construção das imagens, a fim de produzir a idéia de velocidade, de rapidez, de movimento constante, até a estratégia, amplamente aplicada nos programas de ficção, de abandonar as histórias rurais, anacrônicas e não-localizadas, para construir tramas urbanas, explicitamente ambientadas em grandes cidades brasileiras.

### **Uma identidade (não) moderna para os brasileiros**

O quadro identitário pintado nas seções anteriores, que ao mesmo tempo em que recupera uma suposta natureza ancestral de um povo, oferece múltiplos locais de encaixe, através de uma imagem identitária que mais se assemelha a um mosaico, parece bastante confortável e adequado ao cenário da pós-modernidade. Cabe aqui, então, perfeitamente, a analogia das identidades com um quebra-cabeça de peças incompletas e desconhecidas, e cujo resultado final também não se conhece: suas peças não possuem uma lógica pré-determinada de agrupamento e não há um único resultado possível. "Você está experimentando com o que tem (...) A tarefa de um construtor de identidade é, como diria Levi-Strauss, a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão" (BAUMAN, 2005:55); as identidades se constroem, assim, no próprio jogo de construí-las.

Essa atitude radicalmente mestiçadora parece resolver, ainda que superficialmente, o dilema que Bauman (2005:48) coloca como sendo o desafio enfrentado pelas identidades tipicamente modernas, em seu projeto de consolidação: "como alcançar a unidade na (apesar da) diferença e como preservar a diferença na (apesar da) unidade", mas na medida em que o faz, levanta outras questões.

Perguntamos, então: partindo das imagens e das relações que o discurso televisivo propõe, ao tentar ser moderno, o Brasil já não se constrói como um cenário pós-moderno? E, ao assumir uma identidade múltipla, o país não acaba por revelar, na verdade, nunca ter sido, de fato, moderno? Nossa hipótese, diante disso, é de que a nacionalidade brasileira, na sua radical mestiçagem e seu constante processo (auto)fágico, devorador, acaba por ostentar – o que é visível no imaginário que se constrói pelo texto televisivo - uma inconciliável diversidade temporal e histórica. O Brasil surge como fruto de um processo tipicamente moderno – as grandes navegações -



, mas permanece pré-moderno – colônia de Portugal – enquanto o resto do ocidente se moderniza. Quando se torna uma nação – outra idéia essencialmente moderna -, a única identidade que se pode vislumbrar para nosso povo é buscada em elementos pré-modernos – o passado mítico de personagens ancestrais. Tudo isso é hibridizado – devorado, digerido e transformado – num discurso homogeneizador – e modernizador – que é extremamente importante em nosso país: a televisão.

Tal retorno a uma preocupação com a identidade brasileira vai apontar, no entanto, para múltiplas identidades, em dois sentidos: em primeiro lugar porque, para cada canto do Brasil retratado, vemos emergir um personagem distinto, como numa ode à diversidade; e em segundo lugar porque convivem, no discurso televisivo, imagens de um Brasil urbano, definitivamente moderno, e de um Brasil rural, pré-moderno – e ambos são fontes de igual importância em termos de representação de uma idéia de nação.

Diante disso, pergunta-se: qual é o objetivo dessas múltiplas interações que a TV brasileira propõe? Construir uma idéia de nação moderna e pronta para o novo século a partir de uma oposição a um passado pré-moderno? Ou afirmar uma condição não-moderna para a história do país, tomando um caminho paralelo, que salta da pré-modernidade à pós-modernidade, passando por uma modernização “pelas metades” e chegando a um cenário onde o pré-moderno e o moderno convivem – como na tela da televisão – sem qualquer tipo de choque ou mesmo de estranhamento?

A recolocação dos debates sobre a formação identitária, em particular a identidade nacional é o primeiro importante motor de nossa pesquisa. Se, de fato, a produção ficcional televisiva voltou a tematizar de maneira particular a hibridez e multiplicidade das representações que se cria para o povo brasileiro, importa desenhar o cenário em que isso é feito e compreender os motivos atuais para tal. Igualmente, construir conhecimento acerca dos processos de modernização, vistos à luz do tempo, nos parece fundamental para entendermos, de maneira crítica, a própria condição do mundo em que vivemos, em que a modernidade tem sido desconstruída. No caso particular do Brasil, há pertinência em perguntar, inclusive, se somos de fato um país moderno, e quais seriam as vantagens, afinal, de nos enquadrarmos em tal padrão que, certamente, não foi criado para nós.

Além disso, entendemos que, muito embora a discussão sobre a construção das identidades apareça freqüentemente ligada aos processos mediáticos, nem sempre essa correlação tem sido feita de maneira a privilegiar um olhar propriamente



comunicativo. A tendência mais corrente, ao que nos parece - inclusive porque a discussão sobre a identidade nacional é feita não apenas dentro do campo da comunicação -, é procurar no texto que provém da mídia as marcas da construção de uma representação de determinada idéia ou figura de síntese, perdendo-se de vista aquilo que materializa e que caracteriza o processo comunicativo, que é a própria interação.

Em função de tal, com o propósito de alimentar uma perspectiva comunicacional sobre a formação de identidades, consideramos que seja relevante pensar a sua construção não apenas como o resultado de uma proposição, mas sobretudo como uma experiência cotidiana, vivida individualmente, na medida em que as pessoas assumem os lugares-de-sujeito que as imagens identitárias propõem, e coletivamente, no próprio ato, tão corriqueiro, do reconhecimento em grupo, da ação em torno de uma identidade grupalmente reconhecida. Como sugere Bauman (2005), para que faça sentido o debate das identidades no cenário atual, é preciso reconstruir a passagem da dimensão individual, que a identidade sempre tem, para a sua codificação como convenção social, considerando-se o movimento circular dessa dinâmica. Se em algum momento nos sentimos, de fato, brasileiros, tal sentimento é, com certeza, resultado das múltiplas interações comunicativas estabelecidas tanto na esfera das relações não mediadas quanto na daquelas que passam pela mediação técnico-simbólica das interfaces comunicativas.

### **Referências bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

DUARTE, Elizabeth Bastos. *Televisão: ensaios metodológicos*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

HALL, Stuart & WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003B.

JOST, François. *Seis lições sobre televisão*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.



\_\_\_\_. *Cultura brasileira & Identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SIMÕES, Inimá Ferreira. Tv à Chateaubriand. In: \_\_\_\_; COSTA, Alcir Henrique da & KEHL, Maria Rita. *Um país no ar – História da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.